



A ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE COMO UM PROJETO DO GOVERNO MUNICIPAL DE MARINGÁ-PR PARA SOLUCIONAR AS FALHAS DE MERCADO

Vilma Meurer Sela (UEM)

Francis Ernesto Ramos Sela (PG-UFSC)

RESUMO

Os mercados não conseguem cumprir o papel de eficiência econômica originando as falhas de mercado, e isto provoca uma reação do Estado. Sendo assim, a intervenção do Estado na economia tem o propósito de melhorar o funcionamento do mercado, sanando estas falhas. Diante deste contexto, o presente artigo tem por objetivo descrever o projeto Academia da Terceira Idade (ATI) como um projeto do governo municipal de Maringá-PR para solucionar as falhas de mercado. Mediante pesquisa de caráter descritivo, com coleta de dados de forma direta e indireta, utilizou-se da análise qualitativa para descrever o projeto Academia da Terceira Idade como uma solução do governo municipal para as falhas de mercado. Pode-se dizer que a Academia da Terceira Idade é um bem público, ofertado pelo governo municipal, em parceria com o setor privado, para sanar uma lacuna do mercado – a falta de opção para a realização de atividade física para o público idoso. Após a implementação das ATIs foi possível verificar vários benefícios para os usuários, bem como para o município.

Palavras-chave: Falhas de Mercado. Externalidades. Bens Públicos. Academia da Terceira Idade.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a teoria de oferta e demanda, é através da livre competição que se define a quantidade ótima a ser produzida em uma dada sociedade. O preço é determinado quando se alcança o perfeito equilíbrio entre a oferta e a demanda. Todavia, para que as forças de mercado atuem, é necessário a existência de condições de perfeita competição. Quando uma das condições de perfeita competição não ocorre, tem-se o que é chamado de uma falha de mercado. Uma falha de mercado ocorre quando os mecanismos de mercado, não regulados pelo estado e deixados livremente ao seu próprio funcionamento, originam resultados econômicos não eficientes ou indesejáveis ao ponto de vista social. Ou seja, a falha de mercado existe quando o custo marginal social não é igual ao benefício marginal.

As falhas de mercado são desvios das condições de mercado que levam indivíduos e organizações a se afastarem do Ótimo de Pareto, pois não levam em conta os interesses sociais. O Ótimo de Pareto é alcançado quando não é possível melhorar a situação de um

agente, sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outro agente econômico. Ou seja, corresponde a um ponto máximo (melhor situação), onde não é mais possível que o bem-estar de um indivíduo melhore sem que o bem-estar de algum outro seja diminuído.

A existência de falhas de mercado justifica a intervenção do Estado na economia. A intervenção do Estado tem o propósito de defender o interesse público contra perdas de bem-estar associadas às falhas de mercado. A intensidade da intervenção dependerá diretamente da intensidade dessas falhas.

Ante ao exposto, o presente artigo tem por objetivo descrever o projeto Academia da Terceira Idade como um projeto do governo municipal de Maringá-PR para solucionar as falhas de mercado. Para cumprir com este objetivo o artigo se propõe a: (1) realizar a revisão de literatura sobre as falhas de mercado e a intervenção do Estado para a solução das mesmas; (2) descrever o processo de criação da Academia da Terceira Idade e (3) apresentar os benefícios da ATI tanto para os usuários quanto para o município.

O artigo é apresentado com a seguinte estrutura: (1) Introdução, contextualizando o tema e problema de pesquisa, bem como seus objetivos; (2) Revisão de literatura sobre falhas de mercado, abordando a definição do termo, as origens das falhas e a forma de intervenção do Estado para solucioná-las; (3) Aspectos Metodológicos, apresentando a forma como a pesquisa foi caracterizada, bem como os métodos de coleta e análise de dados; (4) análise dos resultados, que descreve o Programa da Academia da Terceira Idade; e (5) Considerações finais, que apresenta as conclusões do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FALHAS DE MERCADO

Uma falha de mercado pode ser definida como a incapacidade de o mercado levar o processo econômico a uma situação social ótima. Um aspecto importante disto é que se deixa de incluir, nos custos e nos preços, os efeitos externos (externalidades) ou a redução dos lucros de outros agentes que não aqueles diretamente envolvidos nas transações de mercado e atividades afins. Assim, as falhas de mercado impedem o mercado de alocar os recursos no mais alto interesse da sociedade. (OECD, 1994).

A intensidade das falhas de mercado vai definir uma maior ou uma menor necessidade de intervenção do Estado na economia com o objetivo de maximizar o bem-estar na sociedade. Normalmente o governo atua, no lado da demanda, subsidiando renda para determinados grupos (aposentados, deficientes, desempregados), e, no lado da oferta, através de subsídios para produtores. (CASTRO, 2002; RAMOS, 1996)

Ao intervir no mercado, o governo possui funções alocativas, distributivas e estabilizadoras. A função alocativa relaciona-se à alocação de recursos por parte do governo a fim de oferecer bens públicos (ex. rodovias, segurança), bens semi-públicos ou meritórios (ex. educação e saúde), desenvolvimento (ex. construção de usinas), etc. A função distributiva é a redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais. Um bom exemplo é a destinação de parte dos recursos provenientes de tributação ao serviço público de saúde, serviço o qual é mais utilizado por indivíduos de menor renda. Por sua vez, a função estabilizadora é a aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos. (Teoria das finanças públicas, on-line, 2011).

Segundo Godoy (2011) as fontes das falhas de mercado são: monopólio natural, externalidades, informação assimétrica e bens públicos. O Monopólio natural, ou poder de mercado, consiste em um modelo de estrutura de mercado oposto ao da concorrência perfeita,

pois apenas uma empresa supre todo o mercado. Ocorre quando a tecnologia de produção tem um custo tão elevado que somente se consiga obter um custo mais baixo de produção quando o mercado é suprido por um só produtor.

As externalidades são mudanças no bem estar dos externos, provocadas por uma atividade econômica. Ou seja, são efeitos externos causados pela atividade produtora, que justificam a intervenção do governo.

Por sua vez, a Informação assimétrica ocorre quando duas partes possuem informações muito diferentes em uma transação. Pode ocorrer em uma transação entre comprador e vendedor. Os consumidores, frente aos vendedores, não dispõem de informação suficiente para tomar decisões racionais.

Já os bens públicos são bens não rivais (o consumo do bem por um indivíduo não reduz a disponibilidade do bem para outros usuários) e não excludentes (não é possível excluir indivíduos dos benefícios proporcionados pelos bens).

Para melhor compreensão, o presente artigo dedica maior atenção aos conceitos de externalidades e bens públicos, falhas de mercado mais diretamente ligadas ao objeto de estudo.

2.2 EXTERNALIDADES

Para Chaves (2009) as externalidades (ou efeitos sobre o exterior) são atividades que envolvem a imposição involuntária de custos ou de benefícios, isto é, que têm efeitos positivos ou negativos sobre terceiros sem que estes tenham oportunidade de impedi-lo e sem que tenham a obrigação de pagá-los ou o direito de ser indenizados. Ou seja, Externalidade é um custo ou benefício que é imposto a alguém por ações de outros, sem que haja compensação monetária.

A externalidade surge quando as empresas ou indivíduos realizam ações que levam em consideração somente os benefícios e os custos privados, e não os custos e benefícios sociais. O benefício privado corresponde somente ao benefício do indivíduo que consome o bem ou serviço. O benefício social leva em consideração o impacto desse consumo para todos os indivíduos da sociedade (COSTA e RAMOS, 1996).

Quando o benefício social é maior do que o benefício privado, a externalidade é definida como positiva. Campos (2008) menciona que um exemplo é de um indivíduo que cuida do jardim da sua casa, beneficiando não somente ele mesmo, mas outros moradores da vizinhança. A externalidade negativa, contrariamente, é caracterizada quando os custos dos produtores ou vendedores, chamados de custos privados, não são totalmente internalizados. Esses custos, então, são distribuídos e absorvidos pela sociedade. A degradação ambiental é um tipo de externalidade negativa na medida em que o subproduto gerado pela atividade econômica, ao ser consumido pela sociedade de forma forçada, provoca a deterioração dos fatores de produção dos demais agentes econômicos e a perda de bem-estar dos indivíduos.

O custo social representa todos os custos que são associados a alguma atividade econômica. Abrange os custos advindos da produção de certo produto (custo privado) e os custos externos à firma, que são percebidos pela sociedade como um todo (externalidade). Quando o custo social excede o custo privado, há uma externalidade negativa, ou seja, a produção do bem é prejudicial para a sociedade. Quando o custo privado é maior do que o custo social, há uma externalidade positiva.

Externalidades são os efeitos colaterais da produção ou consumo de um bem auferido por um terceiro. Neste caso, somente é possível calcular os custos e benefícios do consumidor direto. Num mercado não regulado, a existência de externalidades leva a sociedade a produzir bens e serviços num ponto que não é o de equilíbrio de mercado. Sendo assim, se a produção de um bem ou serviço tiver externalidades negativas, e o produtor não tiver que pagar pelos custos

destas, ele produzirá muito. Mas, se tiver que adicionar aos seus custos de produção os custos das externalidades negativas, o preço do bem ou serviço vai aumentar, diminuindo a demanda, e conseqüentemente a produção, num segundo momento. (RAMOS, 1996).

Ramos (1996) acrescenta que num mercado não regulado, não é possível contabilizar o desejo do indivíduo de pagar por um benefício externo positivo; assim, o mercado produzirá menos deste bem ou serviço do que seria demandado pela sociedade. Segundo o autor, a ideia básica do modelo de externalidade positiva é de que a sociedade compõe-se de indivíduos ricos e pobres e de que os ricos estão dispostos a transferir parte de sua renda para os pobres. É, no entanto, um problema deixar esta transferência de renda ser feita pelo mercado, pois haveria uma tendência de transferir menos do que se isto fosse realizado de outras formas. Além disso, seria muito caro em termos de tempo e esforço.

2.3 BENS PÚBLICOS

A fim de compreender melhor as características de um bem público, analisam-se, primeiramente as de um bem privado. Segundo Ramos (1996) este tipo de bem possui duas características principais: destruição pelo uso e possibilidade de apropriação. A destruição pelo uso significa que o consumo por um agente econômico impede o consumo por um outro. A possibilidade de apropriação significa que um agente pode ter o controle exclusivo do bem. Os bens privados são aqueles que têm característica do uso ser individual, ou seja, o consumo de uma pessoa exclui o consumo da outra. Geralmente estes bens são oferecidos pela iniciativa privada. Bens privados são aqueles que uma pessoa/empresa investe na fabricação para seu proveito de alguma forma, seja utilizando, ou vendendo para outros.

Por sua vez, bens públicos são aqueles que possuem as características de não rivalidade e não exclusão. A não rivalidade é a característica de o consumo do bem por um consumidor não reduzir a quantidade disponível para consumo desse bem por outro consumidor. Ou seja, a utilização do bem público por uma pessoa, ou grupo de pessoas, não impede outros indivíduos de usufruir o bem. A não exclusão relaciona-se com o fato de não poder excluir um consumidor de usufruir o bem. Defesa nacional, iluminação pública e praças, são alguns exemplos de bens públicos, pois seu consumo é feito por vários indivíduos sem que seu custo seja maior do que se fosse destinado a somente um indivíduo. Além disso, não é possível excluir um consumidor pela capacidade de pagar pelo consumo de um bem ou serviço.

Bem público não é necessariamente um bem provido pelo Estado, mas a intervenção dos governos é necessária para aumentar o bem-estar da população. O fornecimento de bens públicos pelos entes privados é de difícil implementação, uma vez que a análise do custo-benefício é complicada e a dificuldade em restringir a utilização destes bens torna seu financiamento quase impossível, o que o tornaria exclusivo.

3. METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa foi descrever o projeto Academia da Terceira Idade como um projeto do governo municipal de Maringá-PR para solucionar as falhas de mercado. De acordo com a classificação de Gil (1999) e Cooper & Schindler (2003), o estudo pôde ser considerado de caráter descritivo, visto que se propõe a descrever algo – características, fenômenos, resultados, função de uma população ou mercado. Na pesquisa descritiva, segundo Gil (1999), os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira nos mesmos.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram tanto de forma indireta como direta (LAKATOS; MARCONI, 1991). Como fonte de documentação indireta, que tem o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse, utilizou-se da pesquisa bibliográfica.

Segundo Lakatos e Marconi (1991), a pesquisa bibliográfica abrange o estudo em bibliografias já tornadas públicas em relação ao tema de estudo, neste caso, as falhas de mercado e intervenção do Estado para a solução das mesmas. Tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise ou na manipulação dos dados. Utilizou-se, ainda, de dados disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Maringá, bem como no site da empresa Ziober, fabricante dos equipamentos da ATI. A pesquisa nos sites foi realizada no período de 25 de fevereiro a 04 de março de 2011. Como fonte de documentação direta que, segundo Lakatos e Marconi (1991), consiste no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem, utilizou-se de entrevista com a coordenadora do Programa Maringá Saudável, do qual o projeto da ATI está inserido. A pesquisa foi realizada no dia 15 de março de 2011.

Os dados foram analisados de forma qualitativa, haja vista o objetivo de descrever o projeto Academia da Terceira Idade como uma solução do governo municipal para as falhas de mercado.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da presente pesquisa foram estruturados em três tópicos: Academia da Terceira Idade, benefícios da ATI para os usuários, bem como os benefícios da ATI para o município de Maringá, os quais estão descritos a seguir.

4.1 ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE

O projeto Academia da Terceira Idade pode ser caracterizado como um bem público, ofertado pela prefeitura do município de Maringá-Pr, em parceria com o setor privado, como uma solução para as falhas de mercado. Haja vista a impossibilidade de pagamento de mensalidades para frequentar academias tradicionais, o setor privado não foi capaz de suprir a necessidade da população mais idosa.

A Academia da Terceira Idade é uma das ações do Programa Maringá Saudável - conjunto de ações de promoção de saúde, envolvendo principalmente a área de atividade física, alimentação saudável e controle do tabagismo. A ATI incentiva a atividade física especialmente entre o público adulto atendido nos postos de saúde. A primeira ATI foi inaugurada em abril de 2006. Maringá é pioneira do projeto no Brasil e conta com 45 Academias da Terceira Idade, instaladas junto a postos de saúde, bosques e praças públicas. Além das 45 unidades de ATIs, Maringá conta com 6 unidades de Academia da Primeira Idade (API) e 2 Academias para Pessoas Especiais (APE), adaptadas ao público cadeirante. Conta, também, com a ATI móvel, ônibus articulado equipado com monitor e aparelhos, possibilitando acesso para um maior número de idosos, hipertensos e diabéticos. O projeto está servindo de modelo para todo o país. Atualmente, mais de 700 municípios brasileiros adotaram as ATIs nos moldes das implantadas de forma pioneira em Maringá.

O projeto conta com os seguintes parceiros:

- UNIMED, Santa Rita Saúde, TCCC e CR Almeida;
- Secretaria da Saúde;
- Secretaria de Esportes;
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Planejamento;
- Secretaria de Serviços Públicos;
- Instituições de ensino de nível superior: PUC/PR, UNINGÁ e CESUMAR.

O terreno, a terraplanagem, a mão de obra para instalação, a manutenção dos equipamentos e os profissionais para orientação da prática da atividade física são de responsabilidade do setor

público municipal. A Secretaria de Esportes mantém um funcionário na coordenação do projeto. A Secretaria de Saúde viabiliza o envolvimento dos profissionais das equipes de saúde da família no processo. A parceria com instituições de ensino de nível superior proporciona o desenvolvimento de estágio curricular supervisionado, assim como a avaliação dos efeitos e a operacionalidade da atividade, nas diversas ATIs. Nos primeiros meses após a implantação das ATIs as mesmas contavam com estagiários que orientavam a população na utilização dos aparelhos para a correta realização dos exercícios físicos.

A Academia da Terceira Idade é um conjunto de equipamentos desenvolvidos com base em modelo chinês. Cada ATI é formada por 10 equipamentos de ginástica destinados a alongar, fortalecer e desenvolver a musculatura, além de trabalhar a capacidade aeróbica. Os equipamentos são:

- Esqui: aumenta a flexibilidade dos membros inferiores, quadris, membros superiores e melhora a função cardiorrespiratória.
- Rotação dupla diagonal: aumenta a mobilidade das articulações dos ombros e dos cotovelos.
- Surf: melhora a flexibilidade e a agilidade dos membros inferiores, quadris e região lombar.
- Remada sentada: fortalece a musculatura das costas e dos ombros.
- Simulador de caminhada: aumenta a mobilidade dos membros inferiores e desenvolve a coordenação motora.
- Pressão de pernas: fortalece a musculatura das coxas e quadril.
- Alongador: estimula o sistema nervoso central através do alongamento e fortalecimento dos grandes grupos musculares.
- Rotação vertical: fortalece os membros superiores e melhora a flexibilidade das articulações dos ombros.
- Simulador de cavalgada: fortalece a musculatura dos membros inferiores, superiores e aumenta a capacidade cardiorrespiratória.
- Multi exercitador: fortalece, alonga e aumenta a flexibilidade dos membros superiores e inferiores. Este aparelho é composto por: flexor de pernas; extensor de pernas; supino reto sentado; supino inclinado sentado; rotação vertical; e twister sentado.

As ATIs ficam ao ar livre, à disposição de todos os cidadãos que querem cuidar da saúde praticando atividades físicas. A ATI tem as seguintes funções: (1) incentivar a prática regular de atividade física entre os idosos; (2) alterar as condições de saúde; (3) Promover a sociabilidade; e (4) melhorar a qualidade de vida. A prática regular de atividades físicas produz benefícios cientificamente comprovados para a saúde. Os resultados não demoram a aparecer. Quem frequenta uma ATI logo percebe a diferença no aumento de disposição e de energia para as atividades diárias.

Após a implantação das ATIs foi possível verificar vários benefícios, tanto ao município de Maringá, quanto aos usuários das ATIs e seus familiares, os quais são caracterizados como uma externalidade positiva, gerando custo social menor que o custo privado.

4.2 BENEFÍCIOS DA ATI PARA OS USUÁRIOS

Quando implementadas as ATIs, os monitores de educação física que ficavam nas mesmas para orientação da população, fizeram um cadastramento de cerca de nove mil pessoas, com frequência regular nas ATIs. Pesquisas científicas ainda não foram realizadas nas ATIs, mas alguns levantamentos de dados foram viabilizados pelos próprios profissionais de saúde das unidades básicas de saúde. Na ATI Parigot de Souza, um estudo com 102 pessoas

entrevistadas em julho de 2006 revelou que 52% tinham mais que 60 anos. Foram questionados sobre a presença de doenças crônicas (56% eram hipertensos e 12% eram diabéticos). Com relação à frequência semanal, 54% responderam que frequentam de duas a três vezes por semana. Nessa mesma ATI, além do acompanhamento feito pelos profissionais de saúde que verificam sinais vitais e fazem testes de glicemia, é realizado acompanhamento nutricional dos frequentadores por acadêmicos do curso de Nutrição, os quais constataram que 55% estavam classificados com índice de massa corporal (IMC) acima do peso. Os pesquisadores coletaram relatos de usuários atestando que, após ter começado a frequentar a ATI, curaram-se de depressão, diminuíram seu peso, diminuíram a utilização de medicamentos, melhoraram o colesterol, diabetes, triglicerídeos, bem como, sentem-se mais feliz e apresentam maior disposição e ânimo para as atividades diárias. Houve diminuição do cansaço e melhoras da saúde, qualidade do sono, no aspecto emocional, no relacionamento com outras pessoas, bem como alívio das dores.

A academia da terceira idade é um espaço reservado para garantir a manutenção da saúde e, também, um lugar onde é possível fazer amizades e conversar. Com a utilização da ATI é possível reduzir o risco de doenças crônicas, tais como diabetes, hipertensão, obesidade, doenças cardíacas e alguns tipos de câncer. Esses dados revelam que a ATI está servindo ao que se propôs: é utilizada pelos idosos, portadores de doenças crônicas, com boa aceitação, conforme os índices de frequência observados nos levantamentos realizados.

As ATIs estão colaborando para o aumento do número dos praticantes de atividade física, indicando, ainda, a possibilidade de que as pessoas com peso acima do normal e portadoras de doenças crônicas, a partir do acesso facilitado à atividade física, previnam complicações de saúde, favorecendo sua qualidade de vida, reduzindo custos sociais, internações hospitalares e mortalidade.

Apresenta a possibilidade do resgate da autoestima, do aumento da sociabilidade, muitas vezes perdidos no idoso, além de outros benefícios não quantificados cientificamente, mas observados de forma empírica a partir de relatos dos usuários. A ATI pode assegurar melhor qualidade de vida para a população.

Diante do exposto, pode-se dizer que o projeto das ATIs gerou externalidade positiva aos usuários e seus familiares.

4.3 BENEFÍCIOS DA ATI PARA O MUNICÍPIO DE MARINGÁ

As ATIs foram implantadas pensando na necessidade de incorporar ações que promovam a qualidade de vida na rotina dos serviços de saúde e no dia-a-dia das pessoas, na redução da morbimortalidade e das complicações das doenças crônicas não transmissíveis, considerando o número de idosos, hipertensos/diabéticos e os benefícios da atividade física para a saúde.

A inatividade física está entre os principais fatores de risco para as principais causas da morbimortalidade observadas em Maringá. A atividade física regular contribui com a redução das complicações das doenças crônicas não transmissíveis, que atingem principalmente os idosos, podendo ainda diminuir custos, aumentar benefícios sociais e interferir positivamente na qualidade de vida.

O interesse e o desenvolvimento de ações intersetoriais de promoção da saúde, culminando com o funcionamento das ATI em Maringá, representam um grande salto de qualidade da gestão municipal. É o início da superação de uma fase em que a doença e os sintomas deixam de ser o centro das atenções, para outra, que passa a ter o ser humano e a saúde, com seus múltiplos determinantes, como foco principal das ações do poder público.

A ATI propicia o envolvimento da comunidade e dos diversos setores da sociedade em um grande desafio que consolida a promoção da saúde, a partir da intersetorialidade, dos vínculos solidários e do empoderamento da comunidade.

Após a implantação das ATIs, houve redução de 40% de frequência dos idosos nos atendimentos das unidades básicas de saúde e redução de 30% na retirada de medicamentos (anti-inflamatórios, analgésicos e antidepressivos), conforme dados do setor. Apesar de não ter sido realizada nenhuma pesquisa científica sobre o impacto financeiro da redução da frequência dos idosos às UBS e na retirada de medicamentos, pode-se dizer que a ATI contribui para a redução dos custos municipais com a saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo analisar o projeto academia da terceira idade como um projeto do governo municipal de Maringá-PR para solucionar as falhas de mercado.

Para cumprir com este objetivo, foi realizada uma pesquisa sobre as falhas de mercado e a intervenção do Estado para solucioná-las, bem como a coleta de informações no site da prefeitura de Maringá para descrever o projeto da ATI. Quanto à revisão de literatura, pode-se pontuar que as falhas são geralmente provocadas pelas imperfeições do mercado. As fontes da falhas de mercado são: monopólio natural, externalidades, informação assimétrica e bens públicos.

As falhas de mercado levam à regulação de determinada atividade econômica. Uma vez adotadas medidas regulatórias, supõe-se que os agentes reguladores diminuem ou eliminam as ineficiências geradas pelas falhas de mercado.

O projeto da Academia da Terceira Idade foi uma forma de intervenção do Município de Maringá, em parceria com o setor privado, para ofertar um bem público, haja vista que havia uma lacuna pelo mercado. O mercado não conseguia atender ao público idoso. Assim, o governo de Maringá atuou como interventor, através de sua função alocativa, ofertando bem público à população. A parceria com o setor privado possibilitou, às empresas parceiras, acréscimo de receita, boa imagem no mercado, dentre outros benefícios.

A ATI, montada ao ar livre, possibilitou um espaço para a realização de atividade física, bem como para a integração dos usuários. Além de benefícios físicos, as ATIs também favorecem a socialização dos idosos, gerando vários benefícios após o início das atividades na ATI. Dentre os benefícios, destacaram-se os seguintes: vários usuários se curaram de depressão, diminuíram seu peso, diminuíram a utilização de medicamentos, melhoraram o colesterol, diabetes, triglicerídeos. Além do benefício físico, os usuários, atualmente, sentem-se mais feliz e apresentam maior disposição e ânimo para as atividades diárias.

Uma vez que as ATIs são implementadas em parceria com o setor privado, o custo de implementação do projeto Academia da Terceira Idade não onerou muito o orçamento do município. Porém, houve redução de custos com a retirada de medicamentos e pela redução do número de idosos nas Unidades Básicas de Saúde. Todavia, ainda não foi possível mensuração dessa redução de custos. Assim sendo, futuras pesquisas poderão contribuir para a apuração dos custos-benefícios do projeto Academia da Terceira Idade. Pesquisas futuras podem, ainda, ser realizadas, visando estudar a Academia da Terceira Idade como um arranjo institucional entre o município e o setor privado.

6. REFERÊNCIAS

CAMPOS, Humberto Alves de Campos. Falhas de mercado e falhas de governo: uma revisão da literatura sobre regulação econômica. **Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial**. Brasília, v.5, n.2, p.341-370, jul./dez. 2008.

CASTRO, Janice Dornelles. Regulação em saúde: análise de conceitos fundamentais. Dossiê – **Sociologias**. n.7, Porto Alegre, Jan/Jun, 2002.

- CHAVES, Aurélio Ricardo Troncoso Chaves. Políticas de incentivo e a localização industrial no sudoeste Goiano. Dissertação (Mestrado). Faculdades Alves Faria. Goiânia, 2009.
- COOPER, Ronald R.; Shindler, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- COSTA, Carlos José de Castro. **Monopólio Natural: a legitimação do monopólio para minimizar os custos de produção**. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/carlos_jose_de_castro_costa.pdf. Acesso em: 225/02/2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, Amália Maria Goldberg. Aula expositiva. Economia do Setor Público. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. Maringá, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/>. Acesso em 25/02/2011.
- RAMOS, Francisco de Sousa. Qualidade do meio ambiente e falhas de mercado. **Análise Econômica**. n.25 e 26. Porto Alegre. Mar/Set, 1996.
- Teoria das Finanças Públicas. Disponível em: http://www.economiabr.net/economia/7_tfp.html. Acesso em 20/02/2011.
- ZIOBER – Academia da Terceira Idade. Disponível em: <http://www.zioberati.com.br/>. Acesso em 25/02/2011.